

Coleções no Museu Histórico Nacional
a Coleção Souza Lima

Lucila Moraes Santos

COLECIONADORES E MUSEUS

São íntimas as relações entre colecionadores e museus. Vêm de muito longe e se mantêm.

A magia e o ritual, a religião, a festa, o luto criaram as condições propícias à atividade colecionista. Líderes grupais, sacerdotes, príncipes, chefes militares foram, em decorrência de suas particulares atribuições e atividades, os primeiros a formarem coleções.

Na pré-história européia, no antigo Egito, na Mesopotâmia e na antigüidade clássica greco-romana localizam-se as fontes mais remotas, os mais antigos implementos relativos à atividade dos colecionadores e à formação das primeiras coleções artísticas no Ocidente.

Responsáveis pela guarda dos tesouros pertencentes às divindades nos templos gregos, sacerdotes encarregados pela seleção de peças destinadas a acompanharem os mortos em sua vida tumular entre egípcios, gregos e etruscos, coleções que posteriormente sedimentariam os acervos dos museus da África, Europa e América. Os troféus pilhados pelos exércitos romanos em suas campanhas eram exibidos em desfile triunfal pelos chefes militares, quando do regresso das tropas vitoriosas à capital do Império. Posteriormente mantidos em locais especialmente destinados à visitação pública, desempenharam atividades geradoras das coleções e dos museus.

Os objetos e pertences encontrados no norte da Europa nos túmulos do período neolítico formaram coleções hoje expostas nos museus dos respectivos países desta região.

Na Idade Média - mais precisamente a partir do século VIII - quando, promovido pelo imperador Carlos Magno (742/814), ocorre o primeiro renascimento cultural, a atividade colecionista alcançará um grande impulso. Recolher, recuperar, preservar o que restara da cultura greco-romana abalada pelas invasões dos povos bárbaros tornaram-se atividades regulares firmando a atividade colecionista como atividade cultural.

O colecionador e imperador bizantino Constantino Porfirogêneto (905/959), grande amigo das artes, instituiu no século X, que, por ocasião das grandes festas religiosas e militares/políticas, fossem exibidas as coleções de propriedade real em espaços semelhantes a vitrinas.

Nos períodos românico e gótico, as coleções mantidas nos mosteiros e catedrais avolumam-se em quantidade e qualidade específicas e são as melhores fontes indicadoras da polarização de tendências culturais que segmentaram determinados períodos e regiões.

Rivalidades políticas, lutas de classes e competições acirradas do

período renascentista ampliam o campo de atividade dos colecionadores para além do eixo igreja / realeza. Ao lado dos papas e dos monarcas o mecenato é também promovido pelos príncipes, potentados, burguesia, comerciantes, artistas.

No século XVII, Roma será o centro mais importante do colecionismo. Contudo, a atividade expande-se por toda a Europa: a Espanha recolhe peças que farão ricas as coleções de Felipe III e Felipe IV.

Na França, o colecionismo regular tem início no século XIV com Carlos V, ele mesmo grande colecionador de obras de arte, especialmente de manuscritos medievais. Seguem-se Francisco I, Luís XIII, Luís XIV (que herdou a coleção do Cardeal Mazarino). Nos séculos XVIII e XIX, as coleções francesas são abarrotadas com os confiscos promovidos pelas guerras napoleônicas. Essas coleções, quase todas hoje no Museu do Louvre, são registros marcantes do gosto da corte e da autoridade.

Condicionando e sendo condicionadas, as coleções indicadoras e formadoras do gosto em determinados espaços culturais revelarão as tendências e a ideologia das épocas que lhes deram origem.

Na Europa, a criação dos primeiros museus como instituições de caráter permanente deve-se à iniciativa de papas, reis, nobres e mecenas, tornando públicas as suas coleções particulares.

Os objetos encontrados sob as cinzas do Vesúvio nas escavações de Herculano e Pompéia, a história recuperada, comoveram e revolucionaram o gosto do mundo europeu. A nostalgia do passado instituiu um novo estilo artístico - o neoclassicismo - e estimulou a recuperação das produções do passado, não só remoto como daquele mais próximo.

A Arqueologia - ciência que se desenvolveu a partir de fins do século XVIII, trará novas contribuições à atividade colecionista, buscando outros mundos além do greco-romano.

A partir do século XIX, multiplicam-se e diversificam-se os museus. Também as coleções e os colecionadores. Nobres, burgueses, filósofos, eruditos, aventureiros, curiosos serão responsáveis pela migração de coleções a nível regional, estadual, nacional e internacional.

Acompanhando a marca dominante dos tempos modernos, a diversificação dos museus buscou e estruturou-se na especialização. Em paralelo, esta tendência alcançou os colecionadores. E os temos de todos os tipos, dos mais diferenciados níveis e categorias sociais, culturais e econômicas. Coleciona-se tudo: de automóvel a rótulos de charutos; de porcelana oriental a caixas de fósforos. Bonecas, relógios, cinzeiros, postais. E quaisquer coleções, mesmo aquelas aparentemente banais, potencializam

quantidade e qualidade de insuspeitadas histórias silenciosas.

É neste material que os museus apoiam as histórias que contam em suas exposições.

COLEÇÕES NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

As tarefas de formação de acervo destacam-se entre os múltiplos encargos inerentes à criação do Museu Histórico Nacional em 1922.

A firme direção do professor Gustavo Barroso, que, observadas duas breves interrupções ocorridas em 1930 e 1937, se estende desde a fundação do Museu até a sua morte, ocorrida em 1959, batalhou pela conquista de objetos, peças e obras indispensáveis ao funcionamento da Casa.

Até 1956, as gestões que a direção empreende conseguem estruturar o acervo atraindo doadores de coleções particulares, fazendo permutas com instituições governamentais ou particulares, conseguindo transferências de coleções de instituições governamentais, bem como obtendo recursos para aquisição de importantes coleções em leilões e até em rifas.

O mais recente levantamento informatizado do acervo do Museu Histórico Nacional indica um total de 14.471 peças ou objetos excetuando as coleções da numismática, do arquivo histórico e da biblioteca. A quase totalidade deste algarismo se formou de trabalho metódico, cotidiano e ininterrupto desenvolvido ao longo destes anos.

Em termos de patrimônio, o êxito das atividades desenvolvidas pelo professor Gustavo Barroso dotou o Museu Histórico Nacional de condições para dar pleno cumprimento às propostas instituídas com a sua criação.

Parte expressiva da memória brasileira dera entrada no Museu, através de coleções com milhares de peças de importantes significados históricos e artísticos.

Entre essas coleções caracterizavam-se pela homogeneidade de seus respectivos gêneros de peças: a Coleção Sofia Jobim (de trajes típicos), a Barão de Massambará (de porcelana Mandarim), Joaquim Ferreira Alves (de carruagens), Coleção J. J. Raposo (de armas).

Entre as demais que deram entrada no período, destacam-se: Barão de Cotegipe, Coelho Neto, Guilherme Guinle, Hermes da Fonseca, José Wanderley de Pinho, Manoel Gomes Moreira, Miguel Calmon du Pin e Almeida, todas elas marcadas pela repetida diversidade dos objetos que as compõem: mobiliário, jóias, porcelanas, prataria, vidros, cristais, pinturas, gravuras, esculturas, documentos, livros, correspondência, objetos

de arte, curiosidades, etc.

O título Coleção, atribuído aos acervos acima relacionados, deriva e remete apenas aos seus titulares, na medida em que estes acervos formam conjuntos absolutamente heterogêneos e díspares de objetos. O elemento que as aglutina e estabelece uma relação homogênea entre elas decorre do fato de terem sido de propriedade e/ou uso de seus respectivos titulares, todos eles figuras da história, da literatura e da sociedade brasileira.

As adjudicações destes acervos resultaram de demorados contatos, processos burocráticos laboriosos, do prestígio pessoal da direção, de esforço e competição.

COLEÇÃO SOUZA LIMA: HISTÓRIA DE SUA AQUISIÇÃO

Nenhuma entre todas as entradas de acervos iguala os lances emocionais que geraram a posse da coleção Souza Lima, em tudo especial, em tudo uma bonita história.

E ela tem começo em 1931 quando o colecionador dr. José Luíz de Souza Lima procurou o professor Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional solicitando o seu parecer sobre coleção de esculturas religiosas em marfim mantidas em sua residência, e da qual pretendia se desfazer.

A impressão que a coleção causou ao professor Gustavo Barroso ficou documentada em carta endereçada ao colecionador, onde, entre outras apreciações, a classifica de "inigualável".

Ao lado do particular nível artístico, a homogeneidade da coleção repousava sobre suportes de relações orgânicas difíceis de serem obtidas:

- . todas as peças da mesma natureza - escultura
- . todas as esculturas da mesma espécie - religiosa
- . todas as esculturas do mesmo material - marfim
- . todas as esculturas de uma única procedência - o colecionador
- . todas elas adquiridas no Brasil.

Enfim, uma coleção no sentido estrito da palavra.

A partir daquele momento, o professor Gustavo Barroso tentou, sem esmorecimento, adquirir a coleção, cuja importância e significado já haviam alcançado áreas culturais e governamentais, graças ao trabalho de divulgação paciente e metódico desenvolvido durante dois anos pelo colecionador.

Penhorada pelo proprietário à Caixa Econômica do Rio de Janeiro em 1933, foi leiloada em 1934 e adjudicada à Caixa.

De 1934 a 1940, os nossos arquivos registram as incansáveis ges-

tões mantidas pelo professor Gustavo Barroso junto às áreas culturais, fazendária e mesmo à Presidência da República pela posse da coleção.

Em 1940, o presidente Getúlio Vargas, em decisão esclarecida e histórica, mediante abertura de crédito especial, autoriza o pagamento da coleção à Caixa, doando-a e fazendo-a transferir para o acervo do Museu Histórico Nacional.

Nove anos haviam transcorrido entre o primeiro contato com a coleção e o momento em que as 525 peças que a compõem deram entrada nesta Casa, em julho de 1940.

Quaisquer que sejam as motivações emocionais dos colecionadores, o que importa considerar no que diz respeito ao acervo dos museus e das possibilidades da museografia é o trabalho de garimpagem e de salvação que realizam. Com referência ao Brasil, onde só muito recentemente tomou-se algum interesse pelas coisas da memória nacional, grande parte, senão a totalidade daquilo que pode contar o nosso passado, os documentos, os bens móveis de nossa história teriam desaparecido, não tivesse havido a intervenção apaixonada dos colecionadores.

O trabalho amoroso e às vezes passional dos colecionadores preservou da destruição peças que hoje estariam perdidas para sempre, como para sempre estariam perdidas as histórias que contam no seu saber silencioso.

O COLECIONADOR: JOSÉ LUIZ DE SOUZA LIMA

Da biografia do colecionador José Luiz de Souza Lima, conhecemos pouco: era fluminense, bacharel e jornalista, casado, sem filhos. Faleceu em dezembro de 1942, aos 54 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro, onde vivia.

Sobre a formação da coleção, dispomos apenas dos dados contidos na documentação que integra o processo de aquisição. Em breve histórico são os seguintes:

No período da primeira grande guerra, entre os anos de 1914/1918, um grande número de estrangeiros, no Brasil, começou a adquirir de porta em porta, nas cidades, vilas e lugarejos, objetos ditos velhos e imagens religiosas. Em pouco tempo despovoaram-se igrejas, capelas e oratórios particulares. Foi naquele momento que o Sr. José Luiz de Souza Lima deu início ao seu trabalho.

Marcada por dupla especialização - de escultura religiosa e em marfim - as peças que a compõem foram todas recolhidas no Brasil entre os anos de 1914 a 1930.

De origem diversa - ibéricas, italianas, francesas, flamengas - as peças mais numerosas e instigantes são aquelas originárias da Índia portuguesa - denominadas indo-portuguesas - e as do antigo Ceilão - atual Sri-Lanka - as cingalo-portuguesas. Esta seletividade leva-nos a perceber o esforço do colecionador nas exigências do projeto que sustentava, articulando uma outra vertente de especialização dentro da coleção - a de arte indo-portuguesa e cingalo-portuguesa. Não o conseguiu, mas chegou perto.

De concreto, são estas as informações de que dispomos sobre o Sr. José Luiz de Souza Lima. Cumpre-nos, contudo, registrar o nosso respeito pelo legado que resultou para o Brasil em geral e para o Museu Histórico Nacional em particular o seu trabalho enquanto colecionador.

Ao apoiar-se no aval de órgãos culturais sobre o valor e significados das imagens e desdobrar contatos na área governamental, tentando negociá-la, parece-nos claro que o Sr. Souza Lima trilhou seu caminho seguro do que pretendia para a coleção e direcionou à sua destinação final.

Nesta linha de raciocínio entendemos que, ao penhorar a coleção, não tinha intenção de resgatá-la. E, ao fazê-lo sob um único lote, tornou-a indivisível, resguardou-a da comercialização, assegurou o seu merecido destino.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL - SUA PROPOSTA TEMÁTICA

Fundamentando-se na história, a abrangência dos temas abordados museograficamente no Museu Histórico Nacional procuram refletir a formação histórica do Brasil, por inteiro. É de História que trata.

Como, então, contextualizar a existência de uma coleção de arte religiosa num Museu Histórico? É a própria história que nos responde, informando que o Brasil e o cristianismo surgem de mãos dadas no bojo dos descobrimentos portugueses. O projeto oficial português de dilatar a fé e o império misturou soldados e padres dentro de uma mesma proposta e, lado a lado, a espada e a cruz avançaram juntas, uma legitimando a outra. Também se harmoniza com a proposta portuguesa, a presença da imagem de Nossa Senhora da Esperança na frota Cabralina. O marco de posse das terras brasileiras foi feito sob o signo da cruz e este chão, antes de se chamar Brasil, teve os nomes de Vera Cruz e Santa Cruz.

Nas incertezas que marcaram os primeiros tempos coloniais, as igrejas pequenas ou majestosas sinalizavam a estabilidade e as imagens religiosas corporificavam a esperança e a festa. Os cultos e devoções, solenes ou modestos, geraram povoados, calendários de celebrações, romarias e festas,

estruturaram cidades e as nomearam.

A quantidade de coleções de imaginária cristã ainda existentes em museus, dispersas ou em coleções particulares, são o melhor testemunho da ideologia da época, do significado histórico que tiveram. Não revelam o gosto ou tendências da história brasileira - ligam-se e expressam as necessidades fundamentais da vida. São páginas da História.

É dentro deste painel de avaliação que a categoria "escultura religiosa" inscreve-se na identidade das coleções do Museu Histórico Nacional.

O PORQUÊ DA IMAGINÁRIA LUSO-ORIENTAL EM MARFIM NO BRASIL

Esculturas religiosas em barro, pedra, madeira ou metal integraram as casas brasileiras desde os primeiros tempos de nossa história.

A essas esculturas, vieram juntar-se as de marfim, predominantemente as de origem luso-oriental e cuja existência entre nós está ligada ao avanço português na Ásia a partir do século XV, ao trabalho da catequese cristã e à condição colonial brasileira mantida com Portugal até o século XIX.

Além da forma regular como aqui chegavam - acompanhando as ordens religiosas, os emigrantes, ou trazidas por comerciantes -, temos as que vieram diretamente da Índia e do Ceilão. Isto porque, devido a temporais e acidentes graves com embarcações, bem como ao regime de ventos que as obrigava a fazer o percurso conhecido como "volta larga", as embarcações muitas vezes aportavam primeiro no Brasil e, não obstante freqüentes interdições, aqui deixavam carga.

O volume de produção dessas esculturas foi de tal ordem, que deu origem à promulgação de lei pelo Senado de Goa, proibindo os não-cristãos de as executarem.

A COLEÇÃO SOUZA LIMA - AS HISTÓRIAS QUE CONTA

No total da coleção, figuram os cultos e devoções tradicionais e aqueles que surgiram e se multiplicaram sob os influxos da política da Contra-Reforma e dos trabalhos de catequese.

Em quantidade de figurações, os crucificados lideram a coleção com 184 exemplares, seguindo-se as representações de Maria, a mãe de Jesus, com 153 peças sob as mais diversas invocações. As representações de Menino Jesus aparecem em terceiro lugar com 50 esculturas. As demais atendem a cultos diversos.

Excetuando os crucificados cujas medidas variam bastante -temos cru-

cificados com alturas máximas de 80 centímetros fixados em cruces com um metro e meio de altura -, a altura média das esculturas mais importantes é de 25/30 centímetros. Poucas com mais de 30 centímetros.

A coleção deu entrada nesta Casa em julho de 1940 e desde então vem sendo estudada. Contudo, a riqueza de seus conteúdos oferecem tais desdobramentos que ainda não foram e dificilmente serão esgotados. A fim de mapearmos o labirinto de mensagens que carrega, adotamos o critério de segmentá-la em núcleos afins, privilegiando aqueles de interesse mais amplo e mais instigantes que os puramente estéticos, tais como os históricos, sociológicos e sincréticos. Esta opção levou-nos a perceber o porquê da popularidade de certos cultos e as implicações (além das religiosas) que fundamentaram as suas instituições. Permitiu-nos desvendar em peças de origem luso-orientais obscuridades misturadas a um discurso que se pretendia claro, e avaliar o esforço despendido pela Igreja na catequese da Índia e do Ceilão. Verificamos muitos casos onde se perdeu o controle sobre o canônico das figurações e elas se tornaram puras anomalias.

O somatório de símbolos e significados, as sutilezas e o hermetismo contidos em algumas esculturas indo-portuguesas e cingalo-portuguesas frustraram até as primeiras décadas deste século a sua clara leitura iconológica, em frontal desacordo com a tradicional objetividade da iconografia cristã. Somente a partir de contatos mais recentes com a Índia e com as doutrinas orientais vão se dareando as verdades singulares de determinadas peças datadas do século XVII. Este é o caso específico da figuração intitulada Bom Pastor, em número de 17 exemplares na coleção. É a mais complexa entre todas as peças. Ao esvaziamento contemporâneo decorrente da perda de função da arte religiosa, os Bons Pastores sofreram um outro esvaziamento: o de não terem sido interpretados no seu tempo. Constituem-se, por todos estes motivos, em exemplares de excepcional interesse.

Nos programas da catequese, tornou-se conhecida uma recomendação da Igreja no sentido de que os artistas deveriam aproximar-se da linguagem plástica dos povos a serem evangelizados. Em lotes que segmentamos, constatamos onde e quando esta recomendação foi atendida e onde o nível de atendimento, privilegiando os catequizados, desarticulou a mensagem cristã. Permitiu-nos ainda, nos núcleos de arte oriental, apreciar a resistência cultural dos artistas orientais, quando imprimiram em santo europeu a androginia típica de divindades do panteão indiano.

O número de esculturas dos crucificados possibilitou-nos levantar a história de sua evolução formal, onde se aprisionam intenções teológicas, pesquisas científicas, visões de místicos, opções culturais. Observamos que se tornaram peças especiais aquelas onde a estrutura do pensamento religioso

oriental foi determinante no fazer artístico. São notáveis a calma e a plena aceitação da dor em determinados crucificados ibero-orientais.

Depois dos crucificados, as figurações mais numerosas são aquelas dedicadas a Nossa Senhora, sob os mais diversos títulos. Nenhum deles, contudo, iguala em quantidade à invocação devotada a Nossa Senhora da Conceição, a quem, em 1646, D. João IV consagrou o reino português, incluindo todas as colônias de além-mar. Há peças onde o exercício do fazer artístico alcança níveis excepcionais.

Outra figuração numerosa na coleção é a do Menino Jesus. Variando entre aquele que abençoa, aquele deitado sorridente ou com dedinho na boca, são testemunhos da política da Contra-Reforma retomando a doçura inicial dos primórdios do cristianismo.

Sendo incumbência de santos específicos socorrer e atender a assuntos específicos, poder-se-ia, com as figurações contidas na coleção, proceder-se a um levantamento das preocupações básicas da sociedade cristã daquele período. São marcas visíveis de um mundo em que todo o socorro “vinha do alto”, de um mundo de milagres cotidianos, cheio de esperança e forte na fé.

Os tipos de marfim utilizados nas esculturas são uma outra marca da coleção. Entre peças de destacado nível de beleza encontramos aquelas feitas com presas de morsa, mamífero dos mares do norte. Contudo sua quase totalidade são as esculturas feitas das presas de elefante, variando entre africanas, indianas e as do Sião (as mais brancas).

A encarnação e a policromia da escultura religiosa na Península Ibérica foram adotadas desde a Idade Média, quer se tratasse de barro, pedra ou madeira. A imaginária em marfim acompanhou a tradição. No século XIX e início do XX, devido à grande procura de esculturas em marfim, bem como ao acompanhamento das tendências neoclássicas (esculturas em mármore brancas), a remoção da pintura e encarnação dessas imagens tornaram-se usuais e as que escaparam ao modismo constituem-se raridades. A coleção, conta também, com expressivo lote de marfins policromados.

Tudo o que foi dito não esgota a complexidade cultural contida na Coleção Souza Lima, justo orgulho do acervo do Museu Histórico Nacional.

O título Souza Lima é familiar a todo o corpo de funcionários desta Casa em seus diversos níveis, ratificando a íntima relação entre colecionadores e museus, sejam estes públicos ou privados, nacionais, estaduais, municipais, regionais ou comunitários.

Por mais longa que seja a segregação imposta pelos colecionadores às peças colecionadas, ela resulta temporária, na medida em que, hoje como no passado, através dos museus, ao público caberá o usufruto final e permanente do jogo passional, do trabalho ciumento e apaixonado dos colecionadores. A tradição vem de muito longe e se mantém.

